



## GÊNESE DE UM FÓRUM DA CADEIA DE RECICLAGEM COM INCLUSÃO DE CATADORES E CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RESÍDUOS SÓLIDOS.

**Mario Ricardo Guadagnin** – mrg@unesc.net

Engenheiro Agrônomo, Especialista em Gestão Ambiental, Mestre em Geografia  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC  
Av. Universitária, 1005 - Caixa Postal 3167  
88806-000 Criciúma – SC

**Leandro Nunes** - contato@leandronunes.psc.br

Psicólogo, Mestre em Ciências Ambientais  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC  
Rua Joana dos Santos Figueiredo, 105  
CEP 88806-415 Criciúma - SC

**Viviane Kraieski de Assunção** - vka@unesc.net

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UNESC /  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC  
Rua Bórtolo Pavan, 242 – apto 101  
CEP 88805-355 Criciúma - SC

**Sabrina Baesso Cadorin** - bcadorin.sabrina@gmail.com

Acadêmica de Engenharia Ambiental e Sanitária  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC  
Rua João Paes, 497  
CEP 88805-440 Criciúma - SC

**Vitória Oliveira de Souza** - vitoria.olv.souza@gmail.com

Acadêmica de Psicologia  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC  
Rua Felipe Schmidt, 333  
CEP 88801-240 Criciúma - SC

**Resumo:** *A gestão compartilhada dos resíduos sólidos através da coleta seletiva realizada por associações ou cooperativas de catadores, denominada coleta seletiva solidária, tem se tornado a alternativa mais viável para solucionar parte dos problemas ambientais decorrentes do gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos urbanos e dos problemas sociais decorrentes do mercado informal da catação. A CTMAR – Cooperativa dos Trabalhadores em Materiais Recicláveis e ACRICA, localizadas no município de Criciúma, realizam essa atividade buscando reduzir a exclusão social, gerando renda e enfrentando problemas que dificultam a sua efetivação quanto cooperativa e a sua sustentabilidade financeira. Problemas estes que estão intrínsecos ao próprio perfil socioeconômico do catador e a inexistência de políticas públicas municipais voltadas para a problemática dos resíduos sólidos. A consolidação do Fórum Municipal Lixo e Cidadania resultado da ação extensionista do Projeto Coleta Seletiva Solidária da UNESC congrega instituições e entidades no exercício do controle social e na garantia de efetivação de política pública de resíduos sólidos em Criciúma. A indefinição e a falta de um plano de gerenciamento em*



*execução efetiva de um plano de resíduos mantém na invisibilidade quem sustenta a cadeia de reciclagem. Integrar atores sociais organizados, geradores de resíduos catadores, gestores públicos e empresas da cadeia de reciclagem possibilitará a efetiva da política pública de resíduos sólidos conforme preconiza a Lei 12305/2010.*

**Palavras-chave:** *catadores; cooperativa; exclusão social.*

## GENESIS OF A FORUM OF RECYCLING CHAIN WITH INCLUSION OF COLLECTORS AND CONSOLIDATION OF SOLID WASTE POLICY

**Abstract:** *The shared management of solid waste through selective collection carried out by associations or cooperatives of collectors, called solidarity selective collection, has become the most viable alternative to solve part of the environmental problems arising from inadequate management of municipal solid waste and social problems resulting from informal market of collection. CTMAR (Cooperative of Recyclable Materials Workers) and ACRICA (Association of Recyclable Materials Workers), located in the city of Criciúma, carry out this activity as a way to reduce social exclusion, through income generating, and facing problems that hinder its effectiveness as cooperative and its financial sustainability. These problems are intrinsic to the socioeconomic profile of the collectors and the lack of municipal public policies for the issue of solid waste. The consolidation of Municipal Waste and Citizenship Forum result of the UNESCO extension project called Solidarity Selective Collection, that brings together institutions and entities in the exercise of social control, ensuring effective public policy of solid waste in Criciúma. The uncertainty and the lack of a management plan for effective implementation of a solid waste plan keep the invisibility which sustains the recycling chain. Integrating organized social actors, collectors waste generators, public administrators and recycling chain enterprises allow the effective public policy of solid waste as required by Law 12305/2010.*

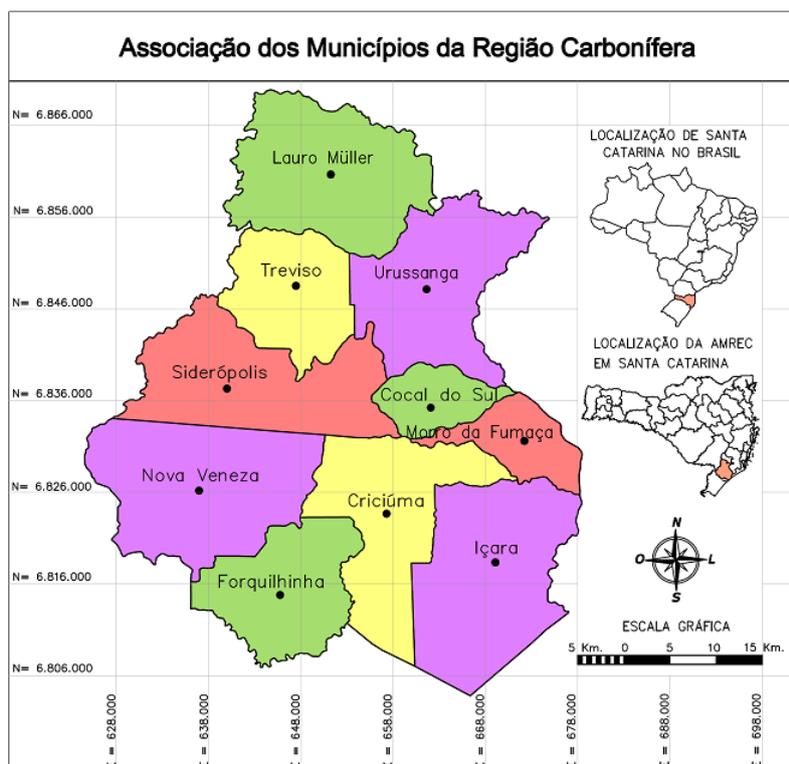
**Keywords:** *collectors; cooperative; social exclusion.*

### 1. INTRODUÇÃO

Criciúma localiza-se no extremo sul do estado de Santa Catarina. De acordo com a pesquisa censitária realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município possuía 192.308 habitantes com estimativa de chegar a 206.918 habitantes em 2015 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016). O município pertence à região da Associação de Municípios da Região Carbonífera (AMREC), a qual é formada por 12 municípios da região sul de Santa Catarina: Criciúma, Balneário Rincão, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Criciúma foi reconhecida já na primeira metade do século XX como “cidade do carvão”, no entanto, a extração de carvão movimentou a economia criciumense durante muitos anos. O desenvolvimento econômico acelerado como consequência da extração de carvão, deixou inúmeros problemas socioambientais ao município. Segundo Nascimento (2012) o tempo do carvão na cidade de Criciúma começou de forma preponderante a partir da segunda Guerra Mundial, pois a conjuntura internacional propiciou a exploração do carvão mineral. Enquanto que em 1939 Santa Catarina respondia por 20% do carvão produzido no Brasil, em 1962 chegou ao número representativo de 80%. Preis (2012) relata que na década de 1970 dá-se o início de um novo setor, surge então o polo cerâmico sul catarinense. Dois aspectos geológicos locais proporcionam à Criciúma um acúmulo de capital significativo. Criciúma é então conhecida como capital do carvão e do azulejo em todo o território brasileiro.

**Figura 1** – Mapa de localização da Região Carbonífera, sul de Santa Catarina – Brasil.



Fonte: Damázio (2012).

Em 1989 ocorreu uma retração no setor carbonífero propiciada pelo governo Collor. Porém o governo, posteriormente estrutura uma forma de subsidiar o setor, ou seja, dá ao setor carbonífero a segurança de vender uma cota mensal para a geração de energia. Um fato importante foi o fato de muitas pessoas, na década de 1990, irem à busca de uma condição econômica melhor nos Estados Unidos e na Europa. Os criciúmenses que foram em busca de condições melhores no exterior, investiram enfaticamente no setor imobiliário, setor esse que passa a crescer de forma abrupta, igualmente a outros setores em épocas antecedentes. Dados recentes, especificamente, de 2010 mostraram que o setor que teve crescimento expressivo foi o da construção civil, bem como o setor de serviços, seguidos pela indústria e comércio de abrangência regional. Porém, na mesma época o setor carbonífero se mostrou com pouca representatividade ao que se refere à geração de empregos formais (PREIS, 2012).

Criciúma tem um histórico de crescimento econômico enfático, conseqüentemente o desenvolvimento econômico também possibilitou o acúmulo de externalidades ambientais catastróficas para o município e região. Não mais como na época da extração em grande proporção de carvão mineral, mas sim, no *zeitgeist* atual, Criciúma ainda produz externalidades ambientais. As externalidades produzidas atualmente dizem respeito ao acúmulo do capital, portanto as externalidades se expandem como consequência de uma época que é resultado de anos de um olhar unidirecional para o crescimento da urbe. Atualmente, as externalidades ambientais, como qualquer outra cidade produtiva, também geram externalidades no campo das condições básicas para um ser humano sobreviver em uma cidade pautada pelo capital.

Um princípio de mudança nas relações políticas e valorativas do capital e principalmente dos que são excluídos em consequência do culto excessivo ao mercado das trocas de bens consumíveis, levaria em conta uma reflexão sobre as estruturas do capital simbólico criciúmeno e da região carbonífera. Na perspectiva de Bourdieu (2011, p. 149):

*O capital simbólico que faz com que reverenciamos Luiz XIV, que lhe façamos a corte, com que ele possa dar ordens e que essas ordens sejam*



*obedecidas, com que ele possa desclassificar, rebaixar, consagrar etc., só existe na medida em que todas as pequenas diferenças, as marcas sutis de distinção na etiqueta e nos níveis sociais, nas práticas e nas vestimentas, tudo que compõe a vida na corte, sejam percebidas pelas pessoas que conhecem e reconhecem, na prática (o que incorporam), um princípio de diferenciação que lhes permite reconhecer todas essas diferenças e atribuir-lhes valor, em uma palavra, pessoas prontas a morrer por uma querela de barretes. O capital simbólico é um capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento (BOURDIEU, 2011, p. 149):*

Atualmente o *habitus* dos operadores das políticas públicas em Criciúma se pauta por um olhar estritamente elitista e nada equitativo, uma reflexão profunda sobre o capital simbólico, e econômico se faz necessário.

Neste íterim surge no cenário urbano os refugos humanos que misturados aos resíduos urbanos perambulam nas ruas, avenidas e vielas em busca de resíduos recicláveis onde exercem a profissão de catadores reconhecida na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO) (BRASIL, MTE).

A rotina de trabalho dos catadores que efetuam a coleta de materiais recicláveis começa ao esquadrinhar as lixeiras de residências, industriais, e estabelecimentos comerciais pelas ruas e avenidas de Criciúma. Esta atividade é exercida por cidadãos e cidadãs humildes, desempregados e nível de escolaridade baixa que encontram no trabalho com a catação de materiais recicláveis uma alternativa de obtenção de renda para a sobrevivência familiar. Esta sobrevivência moderna que para Bauman (2005, p. 39) “depende da destreza e da proficiência na remoção do lixo”.

Apesar da importância do trabalho como um valor social, ele tem sido colocado em cheque diante da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), pela dúvida em relação a segurança das diferentes profissões e a certeza da solidez de uma carreira profissional. Bauman (2005) traz uma reflexão acerca do atual momento reprisado em todo o mundo e marcado por dispensas em massa, redução de postos de trabalho, e, por consequência, produção de refugo humano.

Como solução à exclusão social e ambiental, muitos trabalhadores encontraram na catação de material reciclável a única saída para a sobrevivência. O surgimento dos catadores na cidade se confunde com a própria origem do resíduo sólido enquanto problema urbano e a origem dos problemas de ordem social.

Seriam estes catadores redundantes para a estrutura e a organização da vida urbana nos dias atuais? O que caracteriza esta atividade e estes cidadãos como redundantes? Como coloca Bauman (2005) “ser ‘redundante’ significaria ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e as necessidades que respondem pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade”.

*Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância”, compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugo (BAUMAN, 2005, p. 20).*

Para Rousseau (2008) para chegar ao conhecimento da origem da desigualdade entre os homens, é necessário que se comece conhecendo o próprio homem. Segue a reflexão:

*Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma que chamo natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e consiste na diferença das idades, da saúde das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra que podemos chamar desigualdade moral ou política, por que depende de uma espécie de convenção e é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios que alguns usufruem em detrimento dos outros, como o de serem mais ricos, mais honrados, mais poderosos que eles, ou mesmo o de se fazerem obedecer por eles (ROUSSEAU, 2008, p. 43).*



## 2. RESGATE HISTÓRICO DO FÓRUM MUNICIPAL LIXO E CIDADANIA DE CRICIÚMA.

Atuando desde agosto de 2008, o projeto de extensão Coleta Seletiva Solidária da UNESCO realizou uma série de intervenções junto à comunidade de Criciúma no que se refere aos catadores, a instituições organizadas de cunho municipal e organizações não governamentais e a comunidade civil da cidade de Criciúma na busca de atender ao seu objetivo mais amplo: “possibilitar espaços dinâmicos de ação-reflexão-ação junto às comunidades científica, organizada de catadores, de lideranças de bairros e de organizações públicas e privadas, visando à continuidade e expansão das atividades relacionadas à coleta seletiva de resíduos sólidos no município de Criciúma tendo como meta a melhoria da qualidade de vida de todos os atores sociais que se envolvem direta ou indiretamente com a sustentabilidade ambiental” (Figura 2).

O Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Criciúma, surgiu da necessidade da discussão da equipe do Projeto Coleta Seletiva Solidária sobre a complexidade do assunto “lixo”, corroborando com isso Gonçalves (2001) apud Cavalcanti Neto (2007) afirma que “o lixo é uma questão a ser abordada de forma complexa, pois envolvem, além de aspectos econômicos, políticos e ambientais, também aspectos sociais e psicológicos.” Para tal o Fórum foi se organizando envolvendo diversos atores (pessoa físicas e jurídicas) que vivem de, ou se interessam pelo referido assunto, promovendo a articulação de órgãos governamentais, não governamentais, entidades técnicas relacionadas à gestão dos resíduos sólidos urbanos e na área social, discutindo e contribuindo para minimizar as situações relacionadas aos resíduos sólidos e inclusão social de catadoras e catadores.



**Figura 2** - Interfaces e loop nos processos de retroalimentação e *feedback* do Projeto Coleta Seletiva Solidária da UNESCO.



Desta articulação, destaca-se o Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Criciúma, em agosto de 2009 com um grupo de entidades que se aproximaram em torno do assunto e em 2010, após a aprovação do regimento interno foi eleita à primeira coordenação – UNESCO. A partir de junho de 2011 numa nova coordenação compartilhada entre a UNESCO e Cáritas Diocesana de Criciúma. No ano seguinte 2012 a Coordenação passou a ser capitaneada pela Cáritas Diocesana e pela ONG Nossa RUA até meados de 2013 desta data até o presente a Coordenação está sendo dividida entre a ONG Nossa RUA e a ACRICA – Associação Criciumense de Catadores

Em 2009 ocorre o primeiro evento intitulado de “FÓRUM MUNICIPAL LIXO & CIDADANIA: inclusão social” que esteve direcionado ao “1º encontro de catadores e catadoras de materiais recicláveis de Criciúma - Catadores e Catadoras: Quem somos? O que queremos?” Estando de acordo com a proposta do PROJETO COLETA SELETIVA SOLIDARIA (2009): fortalecendo as frentes de trabalho e redes de solidariedade junto aos catadores e trabalhadores com material reciclável. (JERÔNIMO; GUADAGNIN, 2009)

Em 2010, “na segunda edição, a UNESCO sediou o “II FÓRUM MUNICIPAL LIXO & CIDADANIA” com o tema:” Gestão de Resíduos como Alternativa à Inclusão Social - COLETA SELETIVA COM CATADORES E CATADORAS: do lixo à sobrevivência!” (JERÔNIMO; GUADAGNIN et al., 2010).

Em 2011 o III Fórum Municipal Lixo e Cidadania teve como temática a COLETA SELETIVA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES “Coleta Seletiva: este é nosso papel!” Políticas públicas regionais de inclusão de catadores em coleta seletiva solidária. Este evento objetivou ampliar a discussão e o envolvimento de governantes, instituições da sociedade civil e grupos de catadores no contexto local e regional para que a gestão integrada de resíduos sólidos se efetive como alternativa à exclusão social.

No ano de 2012 ocorreu o IV Fórum Ampliado Lixo & Cidadania onde foram debatidos os temas – Do Estado que temos ao Estado que queremos – “Políticas Públicas de Resíduos Sólidos e Inclusão de Catadores/as” numa realização conjunta das entidades participantes do Fórum Municipal



Lixo e Cidadania, - Projeto Coleta Seletiva Solidária (UNESC) – Cáritas, Cras Tereza Cristina – ONG Nossa RUA, ACRICA, CTMAR e CONSEG Centro.

Em 2013 ocorria no país às conferências locais preparatórias para a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente sob a orientação do Ministério do Meio Ambiente e as entidades integrantes do Fórum Municipal Lixo e Cidadania organizaram a 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Criciúma – SC – Tema: Resíduos Sólidos. Como a Política Nacional de Resíduos Sólidos reflete no dia a dia do criciumense?

O Brasil realizava sua IV Conferência Nacional de Meio Ambiente com a temática central Resíduos Sólidos. Os objetivos eram: - Divulgar a Política Nacional de Resíduos Sólidos para cada ente da federação; - Contribuir para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com foco nos eixos: Produção e Consumo Sustentáveis, Redução de Impactos Ambientais, Geração de Emprego e Renda e Educação Ambiental; - Estabelecer a responsabilidade compartilhada entre governos, setor privado e sociedade civil; - Contribuir para que cada Estado e município solucionassem os entraves e desafios na implementação da gestão dos resíduos sólidos; Difundir práticas positivas que contribuíssem para redesenho de políticas públicas locais e regionais. (MMA, 2013)

A Conferência Municipal debateu quatro temas relacionados à Política Nacional de Resíduos Sólidos: Produção e Consumo Sustentável; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Emprego e Renda; Educação Ambiental no dia 02 de julho de 2013, no Auditório do STS – Escola Sebastião Toledo dos Santos- Colegião, Bairro Comerciário.

O evento em Criciúma foi promovido pela Prefeitura de Criciúma, por meio da FAMCRI - Fundação Municipal de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal do Sistema Social com participação ativa dos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e entidades participantes do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Criciúma: ONG Nossa Rua, a Caritas Diocesana de Criciúma, o Banco do Brasil, a Associação de Moradores do bairro Comerciário, a Associação Criciumense de Catadores (ACRICA) e a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

O município de Criciúma gerava cerca de 110 a 130 T/dia de resíduos sólidos urbanos com uma geração per capita de 0,572 a 0,676 kg/hab.dia<sup>-1</sup> dispostos em aterro sanitário. A coleta Seletiva Solidária era realizada em Criciúma em 25 bairros de segunda a sexta-feira na modalidade porta a porta e estava em processo de expansão.

No entanto era necessário fortalecer os trabalhos de educação ambiental e a logística de coleta e separação de recicláveis. A geração de resíduos de forma acentuada era reflexo da estabilidade econômica do país aliada ao consumismo exacerbado, o que fazia com que muitos dos resíduos descartados e que podiam ser reaproveitados para além da proteção do planeta e do meio ambiente, eles também seriam uma fonte de renda para centenas de famílias em Criciúma que vivem em vulnerabilidade social, os catadores e catadoras.

O V Fórum Ampliado Lixo & Cidadania realizado em novembro de 2014 tinha como objetivo: - Garantir a inclusão social de Catadores e Catadoras em coleta seletiva com avanços da qualidade de vida e melhorias tecnológicas e opinar e colaborar na formulação e aperfeiçoamento da política municipal de resíduos sólidos, bem como nas deliberações do poder público para o setor. O tema principal foram os “Avanços e Desafios da Coleta Seletiva Solidária na Inclusão Social de Catadores e Catadoras” com o lema: “Eu cato, e você, separa?”.

O VI encontro ocorre em novembro de 2015, no Centro Comunitário do Bairro Tereza Cristina, região onde predominam os associados da ACRICA, se identificando como um movimento ambiental que luta pela implantação da coleta seletiva de qualidade, que respeite o direito à inclusão social dos catadores e catadoras nos sistemas de gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos municipais, contribuindo para sua organização em cooperativas e associações e articulado com o Movimento Nacional de Catadores (MNCR), de Santa Catarina, para discutir, avaliar e planejar as atividades futuras.



### 3. (De) FORMAÇÃO LEGAL DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DE CATADORES

Em 2010 foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) através da Lei 12.305, a qual tem como intuito estabelecer princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a consolidação da gestão integrada e o gerenciamento de resíduos em todo o país. A partir de então a ordem de prioridade de gestão de resíduos deixou de ser voluntária e passou obrigatória, (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012), inclui-se então; “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012, p. 23).

A Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é considerada um marco regulatório fundamental para instituir uma política de resíduos sólidos. No entanto ela apresenta duas vertentes de análises importantes. A primeira diz respeito à universalização da prestação dos serviços públicos de resíduos sólidos de forma sustentável, garantindo qualidade e credibilidade. A sustentabilidade deve levar em conta os aspectos econômicos, técnicos, sociais e ambientais, com o envolvimento da comunidade como um todo no exercício de cidadania e controle social. A segunda está voltada à inserção social e produtiva dos catadores nos serviços de coleta seletiva de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Há um amparo legal que gera impacto no fortalecimento do modelo associativo de cooperativas e associações de catadores. Não só a PNRS, mas todo um arcabouço legal como a Lei de Saneamento Básico (BRASIL, 2007) que permite às Prefeituras contratarem associações e cooperativas de catadores com dispensa de licitação para o serviço de coleta seletiva, o Decreto Pró-Catador (nº 7.405/2010) que integra e articulam as ações do Governo Federal em prol do catador, o Decreto 5.940 que institui a coleta seletiva em órgãos públicos federais e destinação dos materiais recicláveis às associações e cooperativas de catadores (BRASIL, 2006) e, para, além disso, o reconhecimento da categoria profissional – Catador de Material Reciclável – em 2002 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (CBO 2000).

Já no ano da aprovação da PNRS o município de Criciúma começou a articulação para a implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos. Até aquele momento quem realizava a coleta seletiva no município era a Cooperativa de Catadores de Materiais recicláveis (CTMAR) com veículo particular. Utilizando veículo particular a CTMAR tinha uma despesa mensal muito alta devido à manutenção do veículo. Sem um estudo/planejamento de rotas, a Fundação Ambiental de Criciúma (FAMCRI) iniciou a coleta seletiva através de serviço terceirizado contratado pelo poder público municipal, utilizando das rotas já realizadas pela CTMAR. Era a forma mais adequada de dar continuidade a um serviço que já era realizado pela cooperativa de catadores, pois já havia sido realizada abordagem porta a porta (Educação Ambiental), os moradores, por tanto, já sabiam o dia e o horário da coleta.

Mesmo iniciando da forma descrita acima, verificou-se que a implementação da coleta seletiva em Criciúma fora deficitária e ineficiente. Um mau começo que fez suas consequências perdurarem até os dias atuais. Atualmente perduram aspectos deficitários da coleta seletiva, como por exemplo: Falta de educação ambiental adequada, ineficiência e falta de controle adequado de dados sobre resíduos enviados aos empreendimentos de catadores e de rejeito, etc.

Ainda em 2010 o Projeto de Extensão Coleta Seletiva Solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense e o Fórum Lixo & Cidadania estavam potencializando catadores dos arredores dos bairros Boa Vista, Tereza Cristina e Paraíso para a consolidação de uma Associação de Catadores. Atualmente esse empreendimento solidário idealizado em 2010 chama-se Associação Criciumense de Catadores (ACRICA) e compõe o conjunto de empreendimentos de catadores em Criciúma juntamente com a CTMAR.

Em Criciúma há dois empreendimentos de catadores (as) de materiais recicláveis: A Associação Criciumense de Catadores (ACRICA) e a Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (CTMAR), ambas são embrionárias e estão em situação precária de funcionamento e com problemas no âmbito institucional e de gestão ambiental e administrativa. Os empreendimentos também não possuem segurança jurídica ao que se refere aos seus espaços de trabalho, por exemplo, a

ACRICA está alocada junto ao programa de recolhimento de lixo tecnológico e pneus (Ecoponto), e a CTMAR corre o risco de ter seu acordo de comodato do terreno, onde está alocada, encerrado. No entanto, nenhuma ação preventiva e projetos para curto, médio e longo prazo foram viabilizados.

A CTMAR e a ACRICA atualmente encontra-se em estado de precariedade e não contam com apoio adequado da gestão pública municipal. Acumulam-se externalidades assim como na época da extração de carvão, porém, com outros horizontes contextuais. Os catadores dos dois empreendimentos solidários partilham de uma situação de inclusão perversa (inclui deficitariamente e, portanto, gera exclusão, gerando um novo ciclo de exclusão social infundável).

Os galpões de separação e triagem onde atuam as organizações de catadores de Criciúma o espaço disponibilizado tanto para a CTMAR como para a ACRICA são rudimentares e se reportam as condições e estruturas operacionais, segundo Eigenheer, Ferreira e Adler (2005) que eram utilizadas no final do século XIX em cidades como Nova Iorque, ou Budapeste. (Figura 3)

**Figura 3** – Usinas de Triagem (A) Nova Iorque, 1897; B) Mesa de triagem da ACRICA, Criciúma, 2016. C) Esteira de Triagem, Budapeste, cerca de 1900. D) Mesa de Triagem. CTMAR, Criciúma, 2016.



Fonte: A e C Eigenheer, Ferreira e Adler (2005, p. 31).

Para além dos aspectos estruturais dos empreendimentos o descaso público com as pessoas que trabalham é uma das graves problemáticas, como citado acima, por não haver educação ambiental os trabalhadores e trabalhadoras que se encontram na atividade, se submetem a precariedade em troca de renda, apesar disto, no processo que vem se construindo de discussão nesses espaços (Fórum e projeto de extensão), é perceptível que há o surgimento de um discurso ambientalista e de reconhecimento da atividade entre os catadores, conforme Moraes (2009).

*Ao considerar questões relacionadas ao meio ambiente, o catador vai além de vislumbrar o processo de trabalho em si, mas acaba justificando mais uma função social do seu fazer. Função que contribui, significativamente, para a limpeza urbana, ou seja, para a melhoria das condições ambientais do espaço urbano, apesar de não possuir nenhum apoio municipal para tal exercício (MORAES, 2009, p. 122).*

O que é possível avaliar como um dos resultados positivos das ações e reflexões já realizadas, sendo esse um dos pontos importantes na união e politização dos e das catadoras.



#### 4. DEBATES DO FÓRUM E INCLUSÃO: CONQUISTAS LATENTES

Em Criciúma, o Fórum Lixo & Cidadania estabeleceu um amplo debate sobre gestão de resíduos sólidos com inclusão de catadores de materiais recicláveis, o qual possibilitou um espaço político, ainda que ínfimo, para a luta contra a desigualdade moral e política, ao que se refere aos direitos fundamentais das pessoas que sobrevivem da catação, triagem e venda de materiais recicláveis. Muitas das conquistas ao que se refere à inclusão social dos catadores, veio da luta maçante desse ente que promove o debate público desde novembro de 2009. O Fórum Lixo & Cidadania se tornou uma ferramenta de mediação entre os catadores de materiais recicláveis da CTMAR e da ACRICA e o poder público municipal.

Para que se vença a desigualdade moral ou política, são necessários debates no campo político, pois se conhece o homem no campo político, o campo da ação da pluralidade. Sem debate, sem contradições e tensões de poderes não há política. Essa é uma condição impossível de ser excluída, pois as condições sociais mudam a partir do diálogo político e coletivo. É assim que as entidades pró-inclusão de catadores na gestão municipal de resíduos tem defendido a coleta seletiva na cidade, ou seja, através do debate político.

Na perspectiva de Arendt (2016) a política se baseia no campo da pluralidade dos homens. Partindo de este olhar, política diz respeito ao fato de estarmos juntos, até mesmo com os diferentes, pois os homens se organizam politicamente tendo como base comunidades essenciais, pressupondo o caos absoluto que traduzem as diferenças.

O capital simbólico de Criciúma pauta-se em uma elite que detém o poder e engessa as políticas públicas, sendo assim o espaço político se engessa dando a impressão que o poder de decisão em relação ao campo político, sempre está nas mãos de um ente poderoso que nunca é visto no debate público. Verifica-se uma anulação dos diferentes, dos estranhos e, portanto, uma anulação da pluralidade, e consequente uma deslegitimação da política. Estabelece-se doravante, uma pseudopolítica, uma política enfadada por uma narrativa esvaziada de sentidos.

A falta de um planejamento na gestão de resíduos sólidos em Criciúma levou os dois empreendimentos de catadores existentes no município a estarem em situação precária. Isso se diz pelo fato de ambos estarem alocados em espaços estruturalmente, juridicamente, ambientalmente e socialmente impróprios para as atividades que exercem. Uma cidade que tem entre suas metas um plano de excelência para coleta seletiva deveria ter no mínimo galpões de triagem adequados.

Outro ponto a ser destacado, é que até o momento não ficou bem claro qual é o papel realmente da empresa contratada para realizar a coleta seletiva, nem a da que se encontra em vigência, e nem o da empresa que teve o contrato rescindido. A própria gestão pública não demonstra clareza a respeito das atribuições, já que as responsabilidades a respeito da coleta seletiva e da coleta convencional são divididas em duas pastas do governo municipal (Fundação Ambiental de Criciúma e Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana).

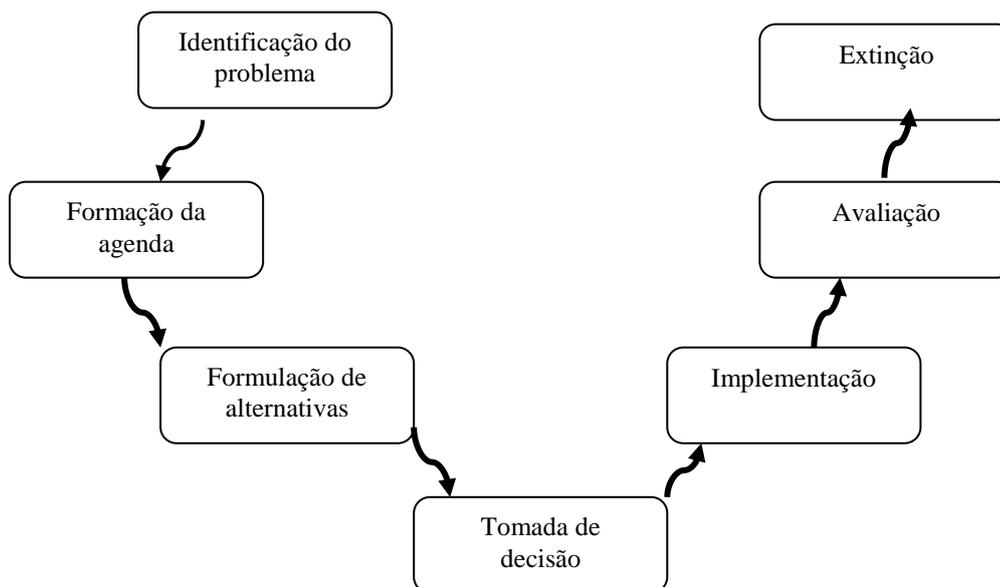
A inércia da gestão pública em Criciúma impede o que Secchi (2014) chama de *fase da implementação da política pública*.

*É no momento da implementação que funções administrativas, como liderança e coordenação de ações, são postas à prova. Os atores encarregados de liderar o processo de implementação devem ser capazes de entender elementos motivacionais dos atores envolvidos, os obstáculos técnicos e legais presentes, as deficiências organizativas, os conflitos potenciais, além de agir diretamente em negociações, construção de coordenação entre executores e cooperação por parte dos destinatários. É nesta fase que também entram em cena outros atores políticos não estatais: fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, além do dos grupos de interesse e dos destinatários da ação pública (SECCHI, 2014, p.57).*

#### 4.1 Gênese De Um Fórum Da Cadeia De Reciclagem

De acordo com Secchi (2014) o *processo de elaboração de políticas públicas*<sup>1</sup> é conhecido como *ciclo de políticas públicas*<sup>2</sup>, ou seja, é uma interpretação que tem o interesse de organizar a vida de uma política pública através de fases que se configuram como sequenciais e interdependentes.

Figura 4 – Ciclo de políticas públicas



Fonte: Secchi (2014)

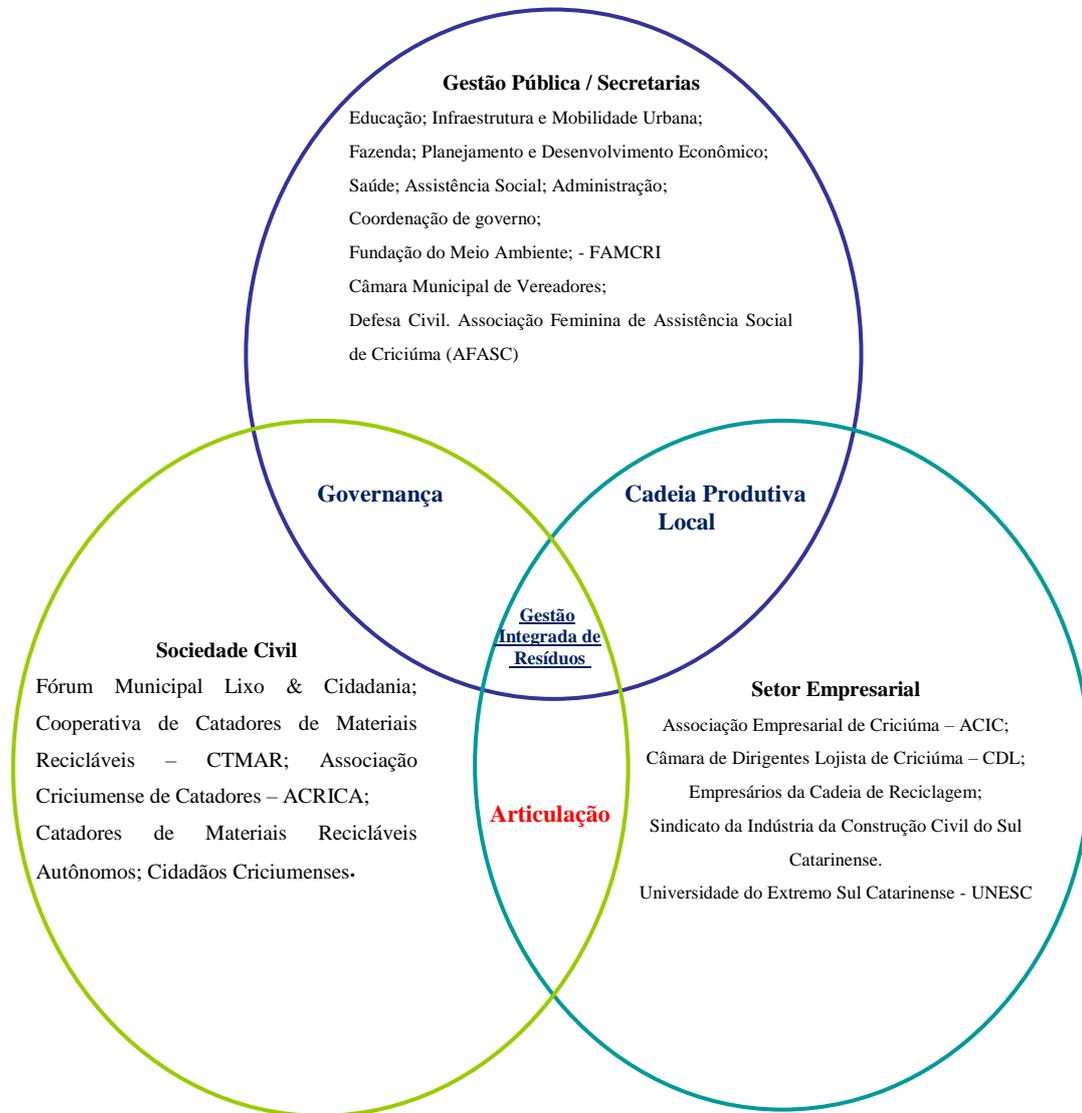
A iniciativa da formação de um fórum que leve os variados entes que participam da cadeia - pré e pós-consumo – a discutir a gestão integrada de resíduos sólidos, se dá pelo fato de não haver possibilidade de uma discussão madura sem a participação social e democrática junto ao poder público municipal de Criciúma. Contudo, busca-se a consolidar um *grupo de interesse* (SECCHI, 2014), para discutir a cadeia de reciclagem com a inclusão de catadores de materiais recicláveis. O grupo de interesse – considerando as fases do *policy cycle* - discutirá e apresentará propostas à gestão pública, considerando a legislação vigente, e o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de Criciúma

A reunião da Gestão Pública, Sociedade Civil, e setor Empresarial vai ao encontro de uma problematização e conversação sobre a gestão das políticas públicas ligadas a gestão de resíduos sólidos e inclusão social de catadores. O projeto intenciona discutir a problemática da gestão de resíduos sólidos de forma abrangente, pois não pretende compartimentar essa área do saber, sendo que é relevante a abordagem do tema com todos os responsáveis.

Segundo Velis et al (2012) ocorrem três interfaces primárias entre os catadores formais e informais e o mundo exterior, ou seja, interfaces com: a) sistema de gestão integrada de resíduos a partir do qual o setor informal (catadores autônomos) e formal (catadores organizados) obtém materiais para reciclagem; b) Cadeia de valor e reciclagem na qual os materiais são vendidos e que, portanto, fornece sua principal fonte de renda; e, c) Sociedade como um todo, incluindo os vários aspectos relacionados com a aceitação das atividades dos catadores e catadoras.

<sup>1</sup> Policy-making process.  
<sup>2</sup> Policy Cycle.

Figura 5 - Interfaces de ação extensionista com o público alvo na gestão integrada de resíduos sólidos com inclusão social em Criciúma - SC

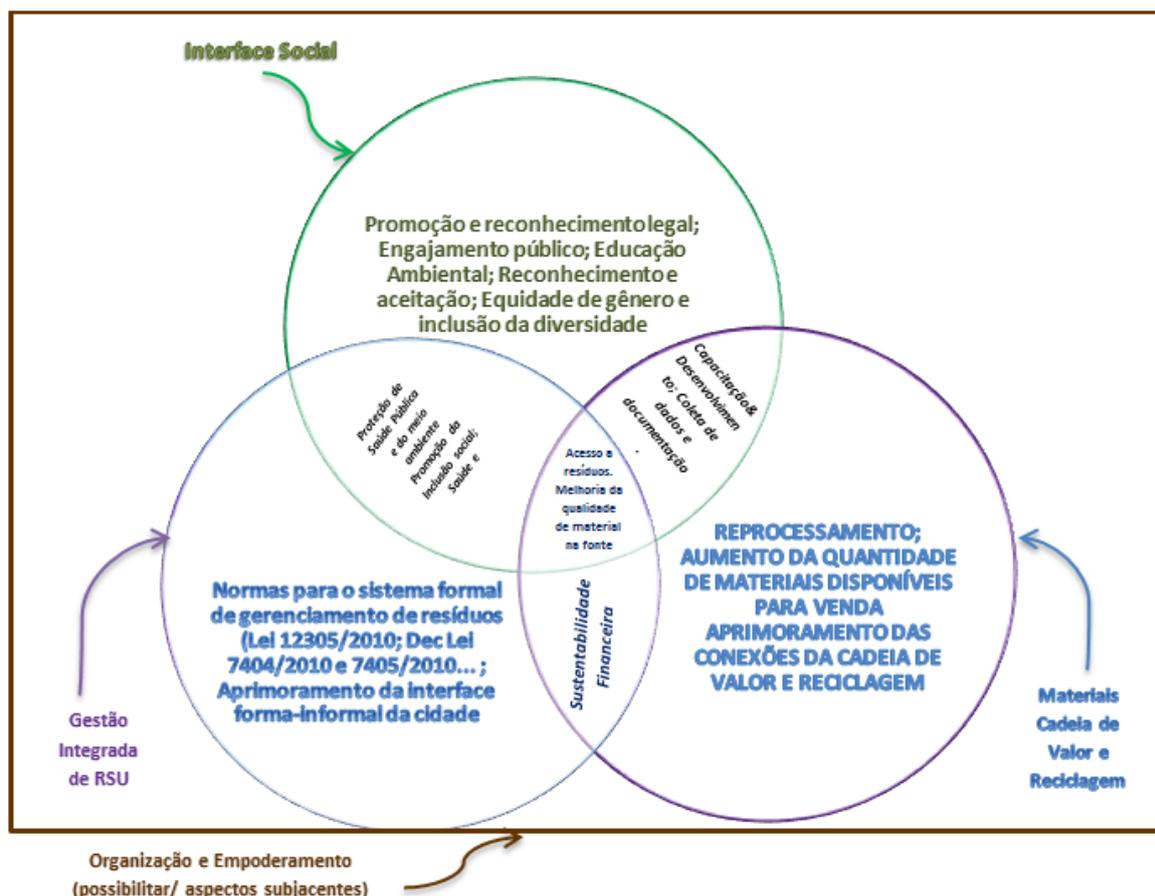


A quarta categoria de possíveis intervenções é se efetiva a partir, do apoio e empoderamento dos três setores (Gestão Integrada; Cadeia de Reciclagem; e Sociedade), que possibilitam resultados continuados com melhoria contínua. (VELIS, et al 2012).

Inevitavelmente, as quatro categorias se sobrepõem parcialmente, porque alguns pontos específicos de intervenção têm elementos-chaves que se encaixam em mais de uma interface ou na categoria (Figura 6)



Figura 6 - Quadro global de análise e tipologia de intervenções - interdependências entre diferentes setores para gestão integrada de resíduos sólidos com inclusão social.



Fonte - Adaptado de: Waste Management & Research – Florence 2012 Especial Issue – Overall analytical framework and typology of interventions, showing the interdependencies. Costas A Velis, David C Wilson, Ondina Rocca, Stephen R Smith, Antonis Mavropoulos and Chris R Cheeseman.

#### 4.2 O (Des) Cuidar dos gestores públicos- Des (Atenção) sob pressão

A Câmara de Vereadores de Criciúma, após uma mobilização realizada em maio de 2016, a qual teve uma grande repercussão midiática, colocou-se a disposição para averiguar a situação da gestão da coleta seletiva de resíduos sólidos com inclusão de catadores. No dia 24 de maio de 2016 o Fórum Lixo & Cidadania expôs a situação dos catadores da CTMAR, e da ACRICA, estes que estavam passando por um momento muito difícil por conta da ineficiência da coleta seletiva agravada pela pelo processo de transição de uma empresa prestadora de serviços para o município na área de coleta de resíduos. Após a repercussão midiática da fala na tribuna livre da Câmara de Vereadores de Criciúma fora realizada uma reunião com os gestores da FAMCRI no dia 31 de maio de 2016, esta que por sua vez fora denominada de reunião suprapartidária para discutir questões relativas ao interesse público na área de gestão de resíduos com inclusão de catadores.

No dia 6 de julho de 2016, a Câmara de Vereadores de Criciúma fez um chamamento à sociedade cricumense para uma audiência pública onde novamente foi trado sobre o tema da gestão de resíduos com inclusão de catadores. Dado o momento eleitoral, algumas ações, de acordo com o entendimento político, não poderiam ser colocadas em ação, mas o foco foi pensar alternativas para executar de forma responsável os pressupostos da PNRS.

A postura dos políticos que fomentaram a audiência relatada acima é importante do ponto de vista histórico, social e cultural na cidade de Criciúma. Como já comentado anteriormente neste texto, Criciúma é uma cidade com um histórico de acúmulo de externalidades no campo ambiental,



social e cultural, e espaços políticos são sempre bem-vindos para que se estabeleça uma postura para a mudança social de forma democrática. Discutir PNRS no âmbito municipal em Criciúma vai de encontro à possibilidade de uma mudança para uma postura ética diante da coisa pública. Porém, os discursos de políticos criciumenses ainda estão longe da possibilidade da definição de uma agenda política sólida para encaminhar de forma orgânica aos instrumentos estabelecidos pela PNRS.

*Entre os instrumentos definidos estão: a coleta seletiva; os sistemas de logística reversa; o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação dos catadores de materiais. A LEI E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) recicláveis, e o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR). A coleta seletiva deverá ser implementada mediante a separação prévia dos resíduos sólidos (nos locais onde são gerados), conforme sua constituição ou composição (úmidos, secos, industriais, da saúde, da construção civil, etc.). A implantação do sistema de coleta seletiva é instrumento essencial para se atingir a meta de disposição final ambientalmente adequada dos diversos tipos de rejeitos. A logística reversa é apresentada como um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios para coletar e devolver os resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo de vida ou em outros ciclos produtivos. A implementação da logística reversa será realizada de forma prioritária para seis tipos de resíduos, apresentados no quadro ao lado (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012, p. 23).*

Em relação à coleta seletiva em Criciúma, do ponto de vista da participação social, verifica-se um distanciamento da sociedade civil que se manifesta através da educação ambiental ineficiente, por exemplo, e três entes importantes para gestão de resíduos nem iniciaram o debate. Os três entes em questão são: os representantes da indústria, do comércio e também os compradores intermediários, estes que por sua vez, fazem parte da cadeia de reciclagem e são responsáveis por comprar o material do catador e revender aos grandes recicladores. O distanciamento da gestão pública dos empresários e comerciantes não possibilita o diálogo público e coletivo sobre a responsabilidade compartilhada. Entende-se que “a responsabilidade compartilhada faz dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana, e de manejo de resíduos sólidos, responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012, p. 26).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem passos importantes a serem dados na gestão pública municipal a respeito da gestão de resíduos com inclusão de catadores. Tais passos foram explanados pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Criciúma, realizado recentemente. De acordo com PMGIRS alguns aspectos do cenário desejável para a gestão de resíduos são:

*Coleta seletiva de resíduos recicláveis secos e úmidos no município, encaminhando apenas os rejeitos ao aterro sanitário; Reaproveitamento e reciclagem de materiais com a inclusão social de catadores organizados em sistemas formais de prestação de serviços, podendo eles realizar: coleta seletiva, triagem e beneficiamento, no âmbito municipal; Gestão dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos dos Serviços de Saúde; Gestão e controle dos serviços relacionados aos resíduos da construção civil, de forma regionalizada, podendo incluir o gerenciamento de áreas para transbordo, triagem e beneficiamento; Gestão e controle dos Programas e das informações sobre os resíduos industriais, agrossilvopastoris, de mineração, oriundos de portos, aeroportos e passagens fronteiriças, de grandes geradores, etc.; Gestão, participação e controle de programas para resíduos especiais, sujeitos à logística reversa, bem como de óleos comestíveis (SG ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA, 2016, p. 24).*



A consolidação dos aspectos acima citados deve se dar partindo do pressuposto de uma política pública com uma agenda sólida, com participação social e transparência. Instituições como o Fórum Lixo & Cidadania devem ser envolvidas no processo de consolidação do PMGIRS. Ao que se refere a esse aspecto, em Criciúma muito pouco teria se conquistado na área de inclusão social de catadores sem as atividades do Fórum Municipal Lixo & Cidadania. Sabiamente Castells (2013, p. 16) ressalta que as raízes dos movimentos sociais “estão na injustiça fundamental de todas as sociedades implacavelmente pelas aspirações humanas de justiça”.

Os resíduos sólidos urbanos têm sido um dos temas centrais na agenda política brasileira com maior ênfase a partir da edição da lei 12305/2010 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

No processo de gestão de resíduos sólidos existem alguns instrumentos, entes e condições, que quando são bem gerenciados podem auxiliar e facilitar o trabalho técnico. Um dos instrumentos é o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS). Segundo Marchi (2015, p. 93) o PGIRS:

*documento que diagnostica a situação atual e traça cenários para o sistema de limpeza urbana. Esse documento deve estabelecer diretrizes e ações ligadas aos aspectos ambientais, econômicos, financeiros, administrativos, técnicos, sociais e legais, desde a geração até a destinação final dos resíduos sólidos. Ações e diretrizes que devem se processar de modo articulado, porque as atividades e procedimentos envolvidos nesse componente do saneamento básico encontram-se interligados, comprometidos entre si. (MARCHI, 2015, p. 93)*

O tema de políticas públicas sobre resíduos sólidos e seu gerenciamento são complexos, pois envolvem a participação comunitária no processo de construção de soluções ambientalmente adequadas, com diferentes entes da sociedade, como por exemplo, a administração pública, a sociedade civil e as organizações dialogando na construção de possibilidades e caminhos cujo principal objetivo é melhorar a qualidade de vida das pessoas, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável (MARCHI, 2015). A discussão fomentada pelo projeto coleta seletiva solidária está à luz dos conceitos de justiça ambiental, compreendendo que para conquistar tanto as questões ambientais quanto no campo social, visando a equidade, é necessária a participação política dos atores, para além de uma participação representativa nos espaços de transformações, uma participação proporcional, contemplando os sujeitos negligenciados e ocultos na sociedade e que reflete também na cadeia de reciclagem.

A gestão pública, e possíveis interessados pelo tema, necessitam com urgência dar visibilidade à problemática da reciclagem de resíduos sólidos com inclusão de catadores, pautando-se dos princípios legais a fim de oferecer amparo aos empreendimentos de economia solidária, por saber e proporcionar melhor qualidade de trabalho aos associados e cooperados, conhecimentos e capacitações técnicas em gestão e gerenciamento de resíduos para garantir desta forma maior sustentabilidade, social, ambiental e econômica, a médio e longo prazo a estes empreendimentos. Além de garantir que o material a ser triado por ambos chegue em quantidade e qualidade suficientes para que a atividade seja possível e rentável economicamente, para desta forma ser possível a comercialização dos mesmos de forma mais valorizada.

Criciúma tem muito a evoluir no tema Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, tanto em âmbito de gestão pública e interna dos empreendimentos de separação de material reciclável, quanto referente à inclusão social dos trabalhadores e trabalhadoras de coleta seletiva solidária de materiais recicláveis, além da educação ambiental, o qual é um dos instrumentos de extrema importância para que o programa funcione de forma eficiente e atinja o maior número de habitantes do município.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Qué es la política?** España: Paidós, 2016.

BRASIL (2006) Decreto N° 5.940, de 25 de outubro de 2006. **Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública**

REALIZAÇÃO

CORREALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES



**federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União. 26 de outubro de 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm)> Acesso em 14 de junho de 2016.

BRASIL. (2007) Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico;** altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº-6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências Brasília: Diário Oficial da União. 08 de janeiro de 2007 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)>. Acesso em 16 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).** Definição de trabalho como catador de material reciclável. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acessado: 16 de Jul de 2016.

BRASIL (2010), Lei nº.12.305, de 2 de agosto de 2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 03 ago. de 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acessado em: 07 jun de 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).** Definição de trabalho como catador de material reciclável. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acessado: 16 de Junho de 2016.

BRASIL. Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 23 dez. de 2010. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm)> Acesso em jun 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2010. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm)>. Acessado em 02 de maio de 2014

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar 258 p., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 170 p.

CAVALCANTI NETO, Ana Lucia Gomes et al. Consciência Ambiental e os catadores de Lixo do Lixão da Cidade do Carpina-PE.Rio Grande-FURG. **Revista eletrônica** Mestrado em Educação Ambiental. v.19, julho a dezembro de 2007.p. 99-109 Disponível em < <http://www.nupet.com.br/producao/Consciencia%20ambiental%20e%20os%20catadores%20de%20lixo%20do%20lixao%20da%20cidade%20do%20carpina%20-%20PE.pdf>> Acesso em 26 Jul 2016.



CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAMÁZIO, Cheiene. Fatores de risco de trabalho infantil: Morro da Fumaça e seus pequenos trabalhadores. In: III SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3, 2012, Criciúma. **Desenvolvimento rural e urbano em suas diversas perspectiva (Anais...).** Criciúma: Ed. UNESCO, 2012, v. 3.

EIGENHEER, Emílio; FERREIRA, João Alberto; ADLER, Roberto Rinder. **Reciclagem: mito e realidade.** Rio de Janeiro: In-Folio, 2005. 72 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre os municípios brasileiros.** 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420460>. Acesso em: 20 jul. 2016.

JERÔNIMO, R.N.T.; GUADAGNIN, M.R. et al. **II Fórum Municipal Lixo & Cidadania: Gestão de Resíduos como Alternativa à Inclusão Social “COLETA SELETIVA COM CATADORES E CATADORAS: do lixo sobrevivência!”.** Criciúma, UNESCO, 2010.

JERÔNIMO, R.N.T.; GUADAGNIN, M.R. **I Fórum Municipal Lixo & Cidadania: Inclusão Social - 1º encontro de catadores e catadoras de materiais recicláveis de Criciúma: Catadores e Catadoras: Quem somos? O que queremos?** Criciúma, UNESCO, 2009.

MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez. Novas perspectivas na gestão do saneamento: apresentação de um modelo de destinação final de resíduos sólidos urbanos. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 91-105, jan./abr., 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Planos de gestão de resíduos sólidos: manual de orientação.** Brasília; MMA, 2012

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conferência Nacional do Meio Ambiente, 2013 – IV CNMA – Resíduos Sólidos BRASÍLIA, De 24 a 27 de outubro de 2013** Disponível em < [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80054/RelatorioFinal4CNMA\\_WEB.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80054/RelatorioFinal4CNMA_WEB.pdf)> MMA 2013.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. Catadores da sobrevivência: a “matéria viva” no cenário do lixo. Rio de Janeiro: Instituto Federal Fluminense **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 11, n. 1/3, p. 109-124, jan./dez. 2009. Disponível em < <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/download/1809-2667.20090009/12>> Acesso em 26 de Jul 2016;

NASCIMENTO, Dorval. **Faces da Urbe: Processos identitários e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980).** São Luiz: Café & Lápis; Criciúma: EDIUNESC, 2012.

PREIS, Eduardo. **Plano diretor participativo de Criciúma / SC: Uma década de conflitos.** 2012. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Porto alegre: L&PM, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2ª ed., São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SG ENGENHARIA E TECNOLOGIA. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Criciúma: META 4 e 5 - planejamento das ações e agendas de implementação do PMGIRS e monitoramento.** Criciúma, 2016.

VELIS, Costas A, et al. An analytical framework and tool (*‘InteRa’*) for integrating the informal recycling sector in waste and resource management systems in developing countries. **Waste Management & Research**, Florence, v. 30, n. 9 Especial Issue, p. 43–66– Oct., 2012. Disponível em < [http://wmr.sagepub.com/content/30/9\\_suppl/43.full.pdf+html](http://wmr.sagepub.com/content/30/9_suppl/43.full.pdf+html)>. Acesso em: 14. Jun. 2016.

REALIZAÇÃO

CORREALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES